

DISCURSO PROFERIDO PELO PROCURADOR-GERAL – APRECIÇÃO DAS CONTAS DO GOVERNO DA REPÚBLICA – 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente.

Excelentíssimos Senhores Ministros.

Senhoras e Senhores.

O Tribunal de Contas da União exerce, nesta sessão solene, uma de suas relevantes competências estabelecidas pela Constituição Federal, apreciando as contas do Governo da República relativas ao exercício de 2006.

Ao Ministro Ubiratan Aguiar, à sua equipe de assessores e à Secretaria de Macroavaliação Governamental os meus cumprimentos pela excelência do trabalho produzido, cuja amplitude, abrangência e riqueza de dados traduzem a competência, o empenho e a dedicação de todos os que nele se envolveram, oferecendo-nos uma visão crítica do desempenho do setor público.

Diferentemente dos últimos anos, em que teci comentários acerca de tema a que sou muito afeito e afeto, qual seja, a educação, nesta oportunidade arrisco-me a manifestar-me sobre economia, matéria intrigante e complexa, que exerce influência na vida de todos.

Destaco dado sobre o crescimento da economia brasileira no ano passado. O incremento percentual foi parcimonioso, da ordem de 3,7%. Porém, deve ser tido como bom augúrio, pois foi superior ao do exercício de 2005. Espera-se que ao final do ano em curso esse índice seja superado, para que doravante se estabeleça uma série histórica ascendente.

O fato de a maioria dos países da América Latina ter apresentado índices de crescimento superiores ao nosso não deve ser visto com extrema preocupação, pois a equipe econômica é defensora de uma estratégia de crescimento alicerçada em fundamentos sólidos. Ou seja, almeja-se um avanço do PIB com segurança.

Não é por outra razão que a atividade econômica esteve sustentada por uma política econômica austera, mas que trouxe resultados alvissareiros.

Conforme registrado na Síntese do Relatório e pareceres prévios sobre as contas do Governo, de maneira geral os índices econômicos brasileiros melhoraram em 2006.

É digno de destaque a redução da taxa de juros (taxa Selic) de 19,1 % para 15,3%, providência esta que atendeu a intenso anseio de considerável parcela do empresariado nacional. A redução dessa taxa vem ocorrendo em ritmo cadenciado, de forma a garantir a estabilidade da economia.

Do mesmo modo, a retração do índice de inflação (IPCA) de 5,69% para 3,14%, em relação ao exercício de 2005, é também dado positivo a ser aqui destacado.

Nesse sentido, vários especialistas afirmam que a política monetária não foi excessivamente rigorosa, conforme comprova o índice de inflação que se manteve dentro das metas fixadas pelo governo, até mesmo apresentando recuo.

Há motivos para confiança, já que o cenário econômico mundial mostra-se propício à alavancagem das economias emergentes, tendo em vista fatores como a abundância de liquidez nos mercados financeiros e o baixo grau de aversão ao risco entre os investidores.

Neste último aspecto, o ano de 2006 foi bastante favorável a nosso país, na medida em que o "risco Brasil" - um dos principais termômetros da confiança dos investidores na economia - caiu a patamares recordes.

A título de comparação com o ano anterior, vale mencionar que em 30/12/2005 o risco-Brasil registrou 311 pontos, enquanto em 29/12/2006 havia despencado para 193 pontos.

Quanto à valorização do Real, apesar das controvérsias em torno desse tema, não se pode deixar de destacar que o saldo da balança comercial vem crescendo, tendo sido positivo em 2006. Além disso, foi superior em 3,1 % ao do exercício de 2005.

Outro índice que registrou aumento foi o da carga tributária nacional, cujo acréscimo em relação ao ano precedente foi da ordem de 1,94%, levando a representar 34,58% do PIB em 2006. Juntamente com a elevação desse índice aumenta a responsabilidade do TCU na fiscalização do bom emprego desses recursos, considerando que quanto maior for o volume de recursos arrecadados pelo Estado maior deve ser a contrapartida em serviços públicos de qualidade que deverão ser prestados ao cidadão.

Enfim, é necessária a consciência de que o tão desejado crescimento do país envolve uma série de variáveis que não se modificam da noite para o dia. O Governo demonstra perceber a importância de reformas estruturais e institucionais para que o país avance. Por isso, foram e são fundamentais medidas como as reformas política e do judiciário, abertura da economia, desburocratização, nova Lei de falências, Lei das parcerias público-privadas, dentre outras.

Outrossim, o Programa de Aceleração do Crescimento recentemente lançado é outro relevante marco da política econômica brasileira que traz esperanças a todos os que esperam ver o Brasil alçando vôo rumo ao desenvolvimento sustentável.

Em relação à saúde, merece destaque o fato de ter sido cumprido o limite mínimo previsto na Constituição Federal de 1998 (art. 77, inciso I, alínea "b", do ADCT) para aplicação de recursos nas ações e serviços públicos dessa área.

Da mesma maneira, o limite mínimo de 18% estabelecido na Carta Magna (art. 212) para gastos da União na manutenção e desenvolvimento de ensino também foi alcançado. Houve até certa folga, já que foram aplicados neste item valores correspondentes a, aproximadamente, 25% da receita líquida de impostos.

Contudo, ainda não foi alcançado o limite mínimo de aplicação de recursos para a erradicação do analfabetismo e manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental.

Um ponto que nos causa acentuada preocupação é a existência de volume considerável de prestações de contas pendentes de aprovação no âmbito dos órgãos transferidores. São milhares de processos de convênios, contratos de repasse e termos de parceria com prestações de contas que não estão sendo analisadas em tempo razoável.

São essas, Excelências, Senhoras e Senhores, minhas breves considerações. Mais uma vez, meus cumprimentos ao Ministro Ubiratan Aguiar e a todos os servidores que estiveram sob a sua orientação.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 19 de junho de 2007.

LUCAS ROCHA FURTADO

Procurador-Geral